

O PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO E URBANÍSTICO DE PRESIDENTE PRUDENTE: O POSSÍVEL PRESERVADO

Hélio HIRAO*

Roberto A. FLOETER **

Resumo: O trabalho trata do processo de preservação do patrimônio arquitetônico e Urbanístico de Presidente Prudente, SP. Faz um resgate das atuações das instituições civis públicas e da participação dos autores no esforço para salvaguarda dos registros materiais históricos e culturais de Presidente Prudente. Subsidiado na pouca documentação existente, na memória oral e no relato de vivências, mesmo com lacunas e dúvidas, acumula informações para contribuir no debate dessa temática. A cidade apresenta um histórico de descaso em relação ao seu patrimônio cultural, especialmente o seu patrimônio material edificado. Os atores políticos e as instituições questionam o valor histórico e cultural de seu patrimônio histórico. A história da cidade é esquecida numa atitude de negar o passado em nome de um falso “progresso” ficando sujeita ao interesse do capital imobiliário. A atuação das instituições de preservação do patrimônio cultural é intermitente, dependem dos interesses relacionados aos poder político local. Apenas três bens patrimoniais são tombados, o Museu e Arquivo Histórico, o Centro Cultural Matarazzo e o Bebedouro de Animais. Essa investigação verifica possíveis diretrizes de políticas públicas que busquem encaminhamentos de ações para garantir a salvaguarda e a preservação dos diversos momentos da paisagem cultural da cidade.

Palavras-chave: patrimônio cultural, Presidente Prudente, salvaguarda, políticas de preservação.

Abstract: This paper discusses the process of preserving the architectural heritage and Townscape of Presidente Prudente, SP. It recounts the actions of public civil institutions and the participation of the authors in the effort to safeguard the records of historical and cultural materials from Presidente

* Professor FCT/ Unesp Campus de Presidente Prudente. E-mail: hirao@fct.unesp.br

** Professor FCT/ Unesp Campus de Presidente Prudente. E-mail: rfloeter@stetnet.com.br

Prudente. Subsidized in little existent documentation, in oral memory and in reporting of experiences, even with gaps and questions, collects information to contribute to the discussion of this theme. The city has a history of neglect in relation to its cultural heritage, particularly its material heritage buildings. Political actors and institutions question the value of their historical and cultural heritage. The city's history is forgotten in an attitude of denying the past in the name of a false "progress" being subject to the interest of real estate capital. The performance of the institutions of cultural heritage preservation is intermittent, depend on the interests related to local political power. Only three capital assets are tumbled, the Museum and Historical Archive, Cultural Centre Matarazzo and Animal Trough. This research finds possible guidelines for public policies that seek referrals of actions to ensure the safeguarding and preservation of the various moments of the cultural landscape of the city.

Keywords: cultural heritage, Presidente Prudente, safeguarding, preservation policies.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho examina o processo de preservação do patrimônio histórico e cultural de Presidente Prudente, SP, através do resgate das atuações das instituições de preservação e da participação dos autores desta investigação nesse processo.

Do mesmo modo que outras cidades brasileiras, principalmente as mais recentes, que tiveram sua fundação e o início do processo de urbanização estabelecido nas primeiras décadas do século XX, Presidente Prudente, fundado em 1917, possui um histórico de descaso em relação ao seu patrimônio cultural, especialmente o seu patrimônio material edificado.

Os seus principais atores políticos e instituições questionam a existência de seu patrimônio histórico e, em seu discurso, justificam que a cidade não possui história, que sua paisagem é recente demais para acumular as produções das várias gerações anteriores.

A história da cidade é esquecida numa atitude de negar o passado em nome de um falso “progresso” e ficando sujeita apenas ao interesse do capital imobiliário, que por sua vez demonstra um interesse ainda menor pelo patrimônio, chegando a promover demolições repentinas em horários noturnos às vésperas das escassas tentativas de preservação através de instrumentos legais (HIRAO; NERES, 2011). Entretanto, ainda se nota em sua paisagem, a presença de conjuntos urbanos característicos.

Não são obras monumentais, uma vez que responderam às condicionantes econômicas modestas, mas constituem em registros materiais das gerações que se sucedem no processo urbano.

Mesmo ao considerar os valores artísticos e estéticos, elas não se manifestam com clareza. Apresentam uma adequação às condições dos sistemas construtivos e mão de obra disponível no local na época.

Assim, conjuntos arquitetônicos de características predominantes do Art Decó, Protomodernismo e Modernismo ainda se fazem presentes na cidade. A atuação das instituições de preservação do patrimônio cultural é intermitente, dependem dos interesses relacionados aos poder político local.

Apenas três bens patrimoniais são tombados, o Museu e Arquivo Histórico- Antigo Matadouro (decreto n.º 7.643 de 03 de Julho de 1991), o Centro Cultural Matarazzo- Antigo Barracões da IRF Matarazzo (decreto n. 6.128 de 30 de abril de 1987) e o Bebedouro de Animais em frente a Antiga Estação Ferroviária (decreto n. 5.513 de 12 de abril de 1985).

Um patrimônio histórico tombado, a Catedral de São Sebastião (Decreto n.º. 5.512, de 12 de abril de 1985, assinado pelo Prefeito Virgílio Tiezzi Júnior acatando o requerimento n.º. 476/9 de autoria da vereadora Sra. Onaide Cottini Felix), foi destombado (em 18 de outubro de 1993, sancionado Prefeito Agripino de Oliveira Lima Filho pela Lei Nº. 3.778/93 e apoiado pelo Bispo diocesano, Antônio Augusto Marochi). Como naquele instante, o CONDEPHAAT, Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Arquitetônico, Arqueológico e Turístico de Presidente Prudente, encontrava-se desativada, esse processo de destombamento aconteceu sem a análise do órgão regulamentador do Patrimônio Cultural Municipal e

por consequência sua aprovação ocorreu sem nenhum problema pela Câmara Municipal.

Para agravar ainda mais a situação da salvaguarda do patrimônio histórico municipal, mesmo com a existência ainda que intermitente do CONDENPHAAT, não se sabe o paradeiro do livro tomo como, também, não há nenhuma escritura nos cartórios da cidade contendo processos de tombamento.

O CONDEPHAAT foi desativado em 2004. Mesmo tendo representantes das diversos representantes da sociedade civil organizada, como universidades e entidades de classe profissional não se sustentou, uma vez que a existência do vínculo direto com o poder político municipal contrariou os interesses da preservação.

Promessas de reativação dessa instituição com uma nova nomenclatura, COMUDEPHAAT, Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Arqueológico e Turístico (Lei complementar n. 173 de 1 de julho de 2010), devido a existência da homônima instituição estadual, ainda não se concretizaram, deixando a cidade sem um órgão mediador nessas questões.

Desse modo, o ministério público passou a atuar no sentido de garantir a salvaguarda de parte do patrimônio através da tutela antecipada dos bens. Assim como atitudes isoladas de pessoas da sociedade tem possibilitado a salvaguarda de alguns elementos importantes da identidade da cidade.

Entretanto, registros materiais importantes da produção das gerações passadas estão se degradando. Caso recente de substituição de um bem por outra construção ocorreu sem nenhuma discussão, o armazém do antigo Expurgo, ao longo da praticamente desativada via férrea, local onde eram expurgadas as sementes de algodão e amendoim, de 1930, foi destruída e uma nova edificação do “Poupatempo” do governo do Estado foi sem apresentar nenhuma relação com a construção histórica anterior.

Recentemente a requalificação do antigo Bar Cruzeiro do Sul, o “senadinho” tradicional local onde os políticos se reuniam para discutir o futuro da cidade foi executado e fiscalizado pelo ministério público sem a presença de um órgão técnico regulador das questões de preservação e restauração. Assim fica a dúvida da manutenção da preservação do caráter deste bem patrimonial.

Com o momento favorável da economia brasileira, a cidade passa por acentuado processo de transformações com a construção de inúmeras novas edificações, sendo muito deles substituindo uma preexistente, sobre a anterior, colocando em risco a salvaguarda dos bens históricos e culturais que ainda permanecem no espaço urbano.

Através dessa investigação verificam-se diretrizes de uma política pública que busquem encaminhamentos de uma ação global para garantir os diversos momentos da paisagem cultural de Presidente Prudente.

2 AS PREOCUPAÇÕES COM O PATRIMÔNIO CULTURAL E SEUS ASPECTOS HISTÓRICOS

O primeiro registro histórico relacionado às preocupações com o patrimônio histórico e arquitetônico está anotado na escritura de doação do imóvel do antigo Matadouro Municipal de Presidente Prudente para ser sede do Museu e Arquivo Histórico da cidade. Assinada pelo Prefeito Paulo Constantino e pela Professora da UNESP, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”- campus de Presidente Prudente, Dra. Maria de Lourdes Lins em 28 de dezembro de 1977 (MUSEU E ARQUIVO HISTÓRICO). Este patrimônio só viria a ser tombado em 1991, pelo decreto 7.643/91 do Prefeito Virgílio Tiezzi Junior.

Como ainda a documentação relativa as primeiras preocupações das instituições civis organizadas com as questões do patrimônio histórico não foram encontradas, optou-se pelo levantamento da memória oral de professores da UNESP- Campus de Presidente Prudente. Dessa forma, uma primeira aproximação aponta para a formação do CONDEPHAAT com representantes das diversas instituições da sociedade, na década de 1980, coordenado primeiramente, pelo delegado Regional de Cultura do Estado,

Paulo Roberto Lisboa, depois pelo professor Edgar Godoy de Almeida Castro e finalmente por Célia Bandeira. Nessa década tem-se documentado, o Tombamento da Catedral de São Sebastião pelo Decreto Lei 5.512/85, do Bebedouro de Animais pelo Decreto 5.513/85 e das Antigas Instalações da Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo pelo decreto 6.128/87, todas assinadas pelo Prefeito Virgílio Tiezzi Junior.

No começo década de 1990, novamente coordenada por Célia Bandeira, e depois por Marlene Casarino, destituída no último dia de 1992, pelo prefeito Paulo Constantino. Depois, sem a existência do CONDEPHAAT, a catedral de São Sebastião foi destombada, num processo coordenado pelo bispo diocesano Don Antônio Augusto Marochi e referendado pelo decreto n. 3.778/93 assinado pelo prefeito Agripino de Oliveira Lima.

Somente em 2002, o CONDEPHAAT passou novamente a atuar, com a coordenação de Zelmo Denari, que ficou aproximadamente um ano, sendo substituído por Júlio Braga Filho em 2003, e por Daniel Reus de Souza, em 2004, todos as gestões com a substituição dos membros componentes do conselho. Foi um período caracterizado pelas divergências com o poder público municipal nos interesses relacionados a interferências em bens patrimoniais tombados.

Desde a metade dos anos 2000 não temos a formação do Conselho de Defesa do Patrimônio Municipal. Houve uma tentativa de sua reativação com a Lei complementar 173/2010 do prefeito Milton Carlos de Mello determinando a alteração no nome de CONDEPHAAT, uma vez que é homônima do Conselho Estadual, para COMUDEPHAAT, Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico de Presidente Prudente, mas até hoje este conselho não tem os membros indicados e por consequência nenhuma reunião realizada.

Outro modo de preservar o patrimônio histórico e arquitetônico de Presidente Prudente tem sido, via ministério público, através de ação cível pública solicitando liminar de tutela antecipada do bem histórico e cultural. Assim, no final dos anos 2010, o antigo Fórum da cidade teve a tutela antecipada aceita.

Existe uma intenção do Ministério Público Federal e da Secretaria Municipal de Cultura visando a comemoração em 2017 do centenário da cidade, da criação de um “Corredor Histórico” com a restauração e requalificação dos imóveis de valor histórico e cultural que ainda permanecem, do núcleo inicial da cidade, reforçando um eixo comercial e um roteiro turístico (DUARTE DA SILVA, 2011). O corredor tem início no edifício da antiga Escola Estadual Adolpho Arruda Mello, passa pelo Centro Histórico, Estação Ferroviária, Centro Cultural Matarazzo, SESI- Serviço Social da Indústria, terminando nos barracões da Antiga SANBRA.

3 DA VIVÊNCIA PARA REFLEXÃO

A experiência vivenciada pelos autores pretende além de ser um registro desses protagonistas da história recente das questões que envolvem a preservação do patrimônio histórico e cultural de Presidente Prudente, servir, também, de subsídios para o encaminhamento das discussões sobre a questão.

São arquitetos e urbanistas formados no início da década de 1980, no começo da abertura política do país, que atuam de diversas formas a partir dos anos 1984 em Presidente Prudente.

3.1 Roberto de Almeida Floeter

Graduado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da PUC de Campinas, mestrado na UFSCar- Universidade Federal de São Carlos, tem uma atuação permanente como arquiteto e cidadão, que vem desde estudante em Campinas, onde juntamente com outros arquitetos como Antonio da Costa Santos, fundaram em 1985, a Sociedade Febre Amarela, cujo objetivo era lutar pela defesa da Preservação do Patrimônio Arquitetônico de Campinas, a qual através da intervenção do Presidente do CONDEPHAAT Paulista da época, o advogado Modesto Carvalhosa, a criação em Campinas do CONDEPACC em 1987, bem como denunciando junto a imprensa e ao ministério público as irregularidades cometidas contra o espaço público e seus bens.

Em Presidente Prudente já fez parte de duas diretorias do CONDEPAHAAT. A sua atuação pela defesa do patrimônio histórico e arquitetônico assume importância com a crítica ao cenário urbano e político, o qual vem adotando o interesse do capital imobiliário, representado pelas construtoras e empreiteiras, que não apresentam qualquer interesse pela questão da preservação, mostrando o seu perfil perverso sobre o patrimônio arquitetônico. Foram através de suas denúncias que já conseguiu interromper o processo de demolição de inúmeros bens patrimoniais de Presidente Prudente.

Assim, mesmo contrariando fortes interesses econômicos e políticos envolvidos, desempenha papel importante de esclarecer e colocar outro ponto de vista dessa temática, ao defender de forma intransigente os registros materiais da história da cidade.

3.2 Hélio Hirao

Graduado e mestre pela FAU USP- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, doutor pela UNESP Campus de Presidente Prudente trabalhou na Prefeitura Municipal, participou na Entidade de classe, atuou como profissional liberal e atualmente se dedica no ensino e pesquisa na UNESP campus de Presidente Prudente.

Logo que chegou a cidade trabalhando na Prefeitura Municipal juntamente com artistas e jornalistas, publicou um artigo no principal jornal local recomendando o tombamento do antigo Cine Presidente (“O Imparcial” de 28 de julho de 1985, caderno 2, pg. 1) , um dos primeiros equipamentos do tipo na cidade pelo seu valor cultural (estético e histórico). No dia seguinte a publicação parte do telhado do antigo Cine ruiu sem nenhum motivo de problemas estruturais, foi proposital e, como consequência um edifício vertical de apartamentos surgiu no seu lugar. Nada relacionado com a edificação anterior. Outro foi o antigo Hotel Municipal, que quando se aventou o tombamento da edificação, ruínas sobraram do edifício e atualmente intervenções ainda inacabadas e abandonadas destruíram esse importante bem cultural.

Participou do tombamento e destombamento da Catedral de São Sebastião. No processo do tombamento como membro do CONDENPHAAT em 1985. No destombamento, como testemunha da cidadania não conseguiu contribuir para reverter o processo. Escreveu um artigo no Jornal “O Imparcial” de 08 de maio de 1991 defendendo a Catedral como ponto referencial da cidade, que repercutiu na comunidade, mas o processo que se desenvolveu no ministério público acabou por destombar este patrimônio e o prefeito Municipal faz o decreto (Lei n. 3.778/93) no ano de 1993. Para SILVA (2009):

O agravante é que na época em que se aprovou a lei do destombamento a diretoria do CONDEPHAAT encontrava-se desativada, e, portanto, o destombamento aconteceu sem o aval do órgão regulamentador do patrimônio cultural municipal e em seu acordo, para só a partir daí o legislativo aprovar esta lei, pois seria necessário o parecer do órgão citado, mas por estar desativado, não existiu documento para a apreciação e a aprovação da Câmara Municipal. Dessa forma, o espaço desse principal referencial da cidade vem sofrendo descaracterizações constantes no interior da edificação como no seu espaço externo aberto.

Como membro da equipe do projeto de políticas públicas da FAPESP- Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo denominado “O Projeto Política Cultural no Município de Presidente Prudente: O Museu Histórico e seu Papel Educacional e Turístico” verifica a descaracterização no interior da edificação histórica com uma pintura de paisagem que ocupava uma parede inteira do salão principal, um desenho de um vale com flora e fauna inexistentes na região mostrando uma paisagem idealizada. Como também em seu acervo existia um leão empalhado, um elemento exótico que descaracterizava um museu histórico municipal. Tratava-se de um animal que fugiu de um circo na região causando pânico na população e que foi abatido por um caçador local (KÜNZLI, 2004). Felizmente hoje, o painel não existe mais, e o leão empalhado foi encaminhado a outro local. Demonstrando, assim, confusão em relação aos valores que identificam a cidade.

No começo dos anos 2000, testemunhou como membro da equipe técnica do Shopping Center da cidade da montagem de uma réplica do antigo Bar Cruzeiro do Sul no espaço interior do shopping para comemoração de seu aniversário. Estranho, que a construção original permanece no Centro Histórico da Cidade e na réplica, apenas uma mesa original comparece nesse modelo recriado para receber os antigos frequentadores desse local que era do encontro, onde ocorriam discussões políticas da época. O edifício original está inadequado, mas a memória deste lugar permanece na memória das pessoas e é lembrado em outro contexto, que não tem nada a ver com original.

Em 2009, indicado pela UNESP, perito judicial, colabora para o ministério público declarar a tutela antecipada do antigo Fórum de Presidente Prudente pelo seu valor cultural (histórico, arquitetônico e paisagístico). Recomendou também a preservação do conjunto arquitetônico que compõe a paisagem urbana do início do núcleo que ainda permanece, catedral, fórum, escola, praça e prefeitura. Assim, na falta da existência de conselhos de preservação do patrimônio histórico e cultural, esse tem sido o meio de garantir a salvaguarda de importantes bens culturais da cidade.

Enquanto, nos anos 2000, os alunos do curso de arquitetura e urbanismo da UNESP- campus de Presidente Prudente desenvolveram vários Trabalhos Finais de Graduação- TFG, sobre a requalificação do antigo Expurgo, lugar onde expurgavam sementes de algodão e amendoim, o Governo do Estado construiu sobre antigo barracão e suas ruínas, uma nova edificação contemporânea para ser a sede do Poupatempo, sem nenhuma consulta a população.

Do mesmo modo, a Estação Ferroviária foi refuncionalizado para ser a sede do PROCON- Serviço de Proteção ao Consumidor e o antigo Bar Cruzeiro do Sul para uma lanchonete Fast Food, também, sem uma instituição mediadora com técnicos especializados, acabam por não ter um acompanhamento que garantam a permanência do caráter dessas edificações históricas.

Os alunos de arquitetura e urbanismo desenvolveram nos últimos três anos, diversos estudos de uma casa Modernista na esquina da avenida TÓPOS

Washington Luiz com rua José Foz. E de repente, ela aparece semidestruída. A obra está embargada, mas o conjunto arquitetônico está comprometido.

Assiste-se, assim a destruição constante de obras representativas da história da cidade, instituições ligadas a memória não tem atuação, e uma nova cidade é construída sobre a existente.

Atualmente coordena na UNESP- campus de Presidente Prudente a implantação de um grupo de pesquisa voltado a preservação do patrimônio histórico e projetos de intervenção em cidades com auxílio de agências de fomento como a FAPESP e a própria Reitoria da UNESP, via Pró-Reitoria de Pesquisa.

4 ENCAMINHAMENTOS PARA A QUESTÃO DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DAS CIDADES MÉDIAS PAULISTAS

A necessidade da existência de um Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Cultural do município se manifesta. Deve mediar a questão e ser representativo da comunidade para servir de referência sobre o assunto. Em cidades médias a interferência do poder político municipal manifesta diretamente na sua gestão. Desse modo, a procura por formas que contemplem os diferentes interesses envolvidos tornam-se fundamentais no processo de tomada de decisões.

Entretanto, mesmo com essa interferência política no processo, o conselho assume, também, o papel de fornecer subsídios técnicos para as propostas de reabilitação e requalificação dos espaços urbanos.

Outra perspectiva importante é a educação patrimonial, sem isso a preservação dos bens históricos corre riscos. A conscientização de sua importância torna-se fundamental para a salvaguarda dos vários tempos materializados no espaço urbano. A educação patrimonial “deve ser entendida como um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e

modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal (BASTOS, 2007, p. 2). E continuando Bastos (2007):

A educação em processo conduz ao conhecimento crítico e esse, por sua vez, a uma apropriação de “pertencimento” por parte das comunidades envolvidas com o seu patrimônio. Assim, a educação patrimonial deve ser entendida também como fator de alfabetização cultural, que pode conduzir os indivíduos a um aprendizado do mundo que os envolve e, desta forma, possibilitar o exercício do direito supremo de interpretar o mundo (BASTOS, 2007, p. 3).

O ponto de vista de pensar o patrimônio como paisagem valoriza a ambiência urbana, colabora para compreender o ambiente como um todo, facilitado as apropriações socioespaciais pelos seus usuários. Os objetos sozinhos não tem significado, que adquirem ao serem percebidos conjuntamente. Então, verifica-se a importância de se preservar as paisagens culturais no contexto do cotidiano das cidades.

A adequação às novas necessidades e usos do cotidiano da cidade atual é necessária para que esse bem patrimonial tenha participação efetiva na vida urbana. Não fique apenas como um monumento para ser admirado. Um novo espaço reabilitado com o caráter e integridade (YAMAKI, 2008) do anterior podem enriquecer a identidade do lugar qualificando para o uso e apropriação das pessoas, agora como protagonistas urbanos.

O ponto para discussão dessa temática deve associada com a sua inserção na do planejamento urbano, precisa estar vinculado às estratégias de políticas públicas. Ações conjuntas, econômica, social, política e cultural devem estar integradas para garantir a manutenção dos elementos dos vários tempos na cidade como protagonistas da vitalidade urbana. Como coloca Castriota (2009), que a expressão “patrimônio arquitetônico” adquiriu uma abrangência maior ao incorporar novas questões, ou seja, em suas palavras,

(...) Assim, no que se refere ao patrimônio arquitetônico, vemos uma verdadeira “explosão” do conceito, que passa de uma formulação restrita e delimitada para uma concepção contemporânea tão ampla que tende a abranger a gestão do espaço urbano, como um todo (...).

(CASTRIOTA, 2009, pg 84).

Assim, o patrimônio arquitetônico deixa de ser apenas um monumento, um objeto a ser contemplado, mas ganha significado quando, inserido no dia a dia da cidade, usado e apropriado pelas pessoas, dentro de sua ambiência. Deve desse modo, ser contemplado com instrumentos do planejamento urbano que assegurem sua salvaguarda e contribua para o desenvolvimento sustentado da cidade.

5 CONCLUSÕES

As reflexões sobre as questões do patrimônio histórico arquitetônico das cidades médias rebatem sobre a educação patrimonial na perspectiva de conscientização pela população de que possuem uma arquitetura modesta em relação às metrópoles e mesmo assim são dignos de serem salvaguardados. São registros do que foi possível construir, de acordo com as condições econômicas, técnicas e da disponibilidade da mão de obra da época.

Nesse sentido, instituições mediadoras, como o Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural Municipal têm um papel fundamental tanto técnica quanto educativa. A sua valorização pela comunidade, possui o potencial de equilibrar os interesses econômicos e políticos do que a sua atuação apenas decorativa e intermitente, como é a que acontece atualmente.

Mesmo com a situação de abandono do patrimônio arquitetônico municipal, ainda restam importantes registros dos tempos passados que

precisam ser reintegrados ao contexto da cidade atual. Numa convivência integrada do antigo com o novo, superado pela criação de um espaço inovador contemplando os outros usos contemporâneos.

Com o momento econômico favorável, o acentuado desenvolvimento urbano traz preocupações com o costume de se construir sobre o existente e, não ao lado do existente. Desta forma, instrumentos de planejamento urbano devem contemplar as diretrizes de intervenção sobre a preexistência edificada. A preservação e manutenção da identidade local possibilita a diversidade de Paisagens Urbanas características fugindo das Paisagens homogêneas impostas pelo processo de globalização em curso.

Na ausência de documentações, a memória oral, o relato de vivências é uma ferramenta importante para contribuir na compreensão do passado, mesmo com lacunas e dúvidas, é um caminho a ser desenvolvido, acumulando dados e aperfeiçoando as narrativas da cidade na contribuição da preservação de seus registros materiais. Assim, constitui-se na narrativa do possível, do mesmo modo que o patrimônio histórico arquitetônico de Presidente Prudente é o do que foi possível preservar.

Com a implantação do curso de Arquitetura e Urbanismo na UNESP-campus de Presidente Prudente, e seu grupo de pesquisa em Patrimônio e Projeto pretende, a médio e longo, prazo desenvolver pesquisas e ações educativas que encaminhem para valorização e salvaguarda do patrimônio histórico e cultural de Presidente Prudente. Sem a preservação de sua identidade e a vivências de seus espaços, a cidade carece de significados.

AGRADECIMENTOS

À PROPe/ UNESP, Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”- projeto RENOVE, a FAPESP e ao Departamento de Planejamento, Urbanismo e Ambiente da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP- Campus de Presidente Prudente, SP, pelo auxílio para execução das pesquisas que iniciam.

REFERÊNCIAS

BASTOS, R, L. O Papel da arqueologia na Inclusão Social, In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, 2007, p. 288-301.

CASTRIOTA, L. Barci. **Patrimônio Cultural**: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

DUARTE DA SILVA, Tassia R. **Requalificação Café Cruzeiro do Sul**. Presidente Prudente: 2011 (Trabalho Final de Graduação, FCT UNESP – Campus de Presidente Prudente).

HIRAO, H; NERES, R. M. **O Museu Histórico e Arquivo Municipal de Presidente Prudente - SP**. Patrimônio, projeto e identidade na cidade contemporânea. Arqtextos, São Paulo, 12.134, Vitruvius, jul 2011 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/12.134/3957>>.

KÜNZLI, Ruth. O projeto política cultural no município de Presidente Prudente : Museu Histórico e seu papel educacional e Turístico- um relato. In **Caderno do Departamento de Planejamento** n. 5. Presidente Prudente: FCT/ UNESP, 2004

MUSEU E ARQUIVO HISTÓRICO. Site institucional. Disponível em <<http://museu.presidenteprudente.sp.gov.br/historia.php>> Acesso em 05.07.2012.

PRESIDENTE PRUDENTE. Lei complementar n.º 173/2010. Dispõe sobre a alteração da denominação e da composição do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico de Presidente Prudente- COMUDEPHAAT. **Prefeitura Municipal de Presidente Prudente**, Presidente Prudente. jul. 2010.

_____. Lei n.º 3.778/93. Revoga o decreto n.º5.512/85 e altera o artigo 1º. da lei n.º 3.190/91 que dispõe sobre o tombamento da Catedral de São

Sebastião. **Prefeitura Municipal de Presidente Prudente**, Presidente Prudente. out. 1993.

_____. decreto n.º 7.643/91. Dispõe sobre o tombamento do prédio do Museu Histórico Municipal de Presidente Prudente. **Prefeitura Municipal de Presidente Prudente**, Presidente Prudente. jul. 1991.

_____. decreto n. 6.128/87. Dispõe sobre o tombamento das antigas instalações da I.R.F. Matarazzo S/A. **Prefeitura Municipal de Presidente Prudente**, Presidente Prudente. abr. 1987.

_____. decreto n. 5.513/85. Dispõe sobre o tombamento do bebedouro de animais. **Prefeitura Municipal de Presidente Prudente**, Presidente Prudente. abr. 1985.

_____. decreto n. 5.512/85. Dispõe sobre o tombamento da Catedral de São Sebastião. **Prefeitura Municipal de Presidente Prudente**, Presidente Prudente. abr. 1985.

SILVA, Robson Ricardo Moreira da. **Tombamento e Destombamento da Catedral Matriz** – São Sebastião - Presidente Prudente. SABER ACADÊMICO - nº 07 - Jun. 2009. Disponível em: <http://www.uniesp.edu.br/revista/revista7/pdf/27_tombamento.pdf>. Acesso em: 30/06/12.

YAMAKI, Humberto. **Caráter de edificações históricas: elementos de identificação**. Londrina: Edições Humanidades, 2008.